

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.372 - SP (2019/0355722-5)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : AARON FELIPE DA PAIXAO  
**ADVOGADO** : AARON FELIPE DA PAIXÃO - SP375891  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCIANO ALBERTO VITTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## EMENTA

*HABEAS CORPUS* CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR NA ORIGEM. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, *CAPUT*, DA LEI N. 11.343/2006). ILEGALIDADE MANIFESTA NÃO DEMONSTRADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF.

*Habeas corpus* indeferido liminarmente.

## DECISÃO

A hipótese é de *habeas corpus* impetrado em favor de **Luciano Alberto Vitto** – condenado à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 583 dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 – contra a decisão indeferitória de liminar proferida pelo Desembargador Relator do Tribunal de Justiça de São Paulo no *writ* lá deduzido (HC n. 2254091-61.2019.8.26.0000 – fls. 314/315).

Alega-se, em síntese, que:

a) conquanto interposto o recurso cabível contra a sentença condenatória (apelação) – pendente de julgamento –, a decisão de primeiro grau infringiu a legislação constitucional e infraconstitucional ao fixar as bases acima dos patamares e impor regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso do que o abstratamente previsto para o *quantum* de pena cominada;

b) o paciente preenche todos os requisitos legais autorizadores da causa de diminuição da pena; e

c) encontra-se preso desde 14/2/2019, em regime fechado, de sorte que a sua permanência no cárcere constitui manifesto constrangimento ilegal.

# Superior Tribunal de Justiça

Requer-se, assim (fl. 22):

I - Desde já seja concedida a **medida liminar**, com fulcro no artigo 648, do Código de Processo Penal, para **CONCEDER**, o regime semiaberto para cumprimento de pena, vez que os documentos que instruem o feito demonstram a necessidade premente de liberdade e de assegurar ao postulante o direito constitucional individualização da pena, proporcionalidade, razoabilidade e a dignidade da pessoa humana.

II - Seja superada a súmula 691 do STF, tendo em vista o constrangimento ilegal verificado facilmente pela documentação em anexo.

III - Sendo reconhecido o regime semiaberto, que seja feita a detração penal, com a possibilidade de concessão do regime aberto, haja vista que o Acusado está preso preventivamente desde a data de 14/02/2019.

IV - Ao final e no Mérito, seja **CONCEDIDA** Ordem de *Habeas Corpus*, confirmando a medida, para manter o Paciente em regime de cumprimento de pena semiaberto, levando em consideração o *quantum* da pena imposta.

Estes autos foram a mim distribuídos por prevenção do HC n. 548.372/SP.

É o relatório.

Na via da excepcionalidade, admite-se *habeas corpus* contra decisão que indeferiu pedido de liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, ainda não julgado.

O Superior Tribunal de Justiça, todavia, tem flexibilizado tal entendimento, admitindo impetrações dessa natureza em situações **absolutamente excepcionais**, desde que esteja claramente evidenciada a ilegalidade do ato coator, proveniente de decisão inquestionavelmente teratológica, despida de qualquer razoabilidade.

Confira-se, a propósito, a Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de "habeas corpus" impetrado contra decisão do relator que, em "habeas corpus" requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar.

Pelo exame dos autos, em princípio, não fica evidenciada a referida *estreita exceptio*, a fim de autorizar a outorga pretendida.

No caso, o Desembargador Relator entendeu por indeferir o pleito liminar, ponderando o seguinte: *a medida liminar em habeas corpus, por não prevista expressamente nos artigos 647 usque 667 do Código de Processo Penal, é excepcional, razão pela qual está reservada aos casos em que avulta flagrante constrangimento*

# Superior Tribunal de Justiça

ilegal e atentado ao direito de locomoção do paciente. E essa não é a hipótese dos autos, porquanto não demonstrados, de pronto e a olho desarmado, o fumus boni juris e o periculum in mora, necessários para concessão da liminar. Ademais, a análise do pedido revela-se inadequada à esfera da cognição sumária, haja vista confundir-se com o mérito, reservando-se à colenda Turma Julgadora a solução da questão em toda a sua extensão (fls. 314/315 – grifo nosso). Nisso não há evidente constrangimento ilegal, capaz, portanto, de superar o óbice da Súmula 691/STF.

Sendo assim, entendo que mais adequado será reservar primeiramente ao Tribunal *a quo* a análise meritória, ventilada no *writ* originário, que, **no momento oportuno, examinará os contornos e circunstâncias delineadores da questão**, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte estadual, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Pelo exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro in limine** o pedido.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator